

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Título: Conselho de Política Ambiental: análise do seu funcionamento e de suas relações com o contexto das políticas de meio ambiente do estado de Minas Gerais

Autora: Natália Real Pereira

Orientadores: Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima, Adriel Rodrigues de Oliveira (*co-orientador*) e Jeferson Boechat Soares (*co-orientador*)

Data da defesa: abril de 2011

Na sociedade moderna, a complexificação das atividades do Estado e o aumento populacional sustentaram mudanças na forma de deliberação, fazendo que o exercício da função política ficasse restrito a poucos cidadãos, que passam a representar os interesses da coletividade. Embora a maioria dos autores considere as eleições instrumentos essenciais na consolidação de um governo democrático, ressalta-se, em contrapartida, o caráter limitado do processo eleitoral, em face de situações que pretendem assegurar o controle dos governantes pelos governados. Nesse sentido, emerge uma corrente da teoria política – a democracia participativa –, que defende que as instituições constituídas pela vontade coletiva deveriam ser responsáveis por intermediar as relações entre os interesses individuais e coletivos, na formação do interesse público a ser implementado pela administração estatal. Nesse contexto, experiências recentes vêm estimulando o desenvolvimento e incorporação de novos arranjos que

ampliem os atores e os espaços da política. No Brasil, a participação da sociedade civil nas arenas políticas é uma realidade relativamente recente, mais visível no momento da reivindicação pelo fim da ditadura e da redemocratização política na década de 1980, quando diversos mecanismos foram institucionalizados, entre os quais se destacam os conselhos de políticas públicas. Os conselhos foram concebidos como espaços de participação política, deliberação e controle social, que possibilitam a representação de interesses diversos na definição da agenda pública. Entretanto, vários estudos sobre as experiências participativas dos conselhos vêm não apenas levantando suas possibilidades, como também apontando dificuldades no estabelecimento de processos efetivamente participativos, sinalizando para um olhar mais cauteloso acerca das promessas e expectativas que a introdução da participação da sociedade civil nesses espaços sugere.

Nesse sentido, este trabalho buscou analisar esse novo padrão de relação entre Estado e sociedade, por meio de um estudo de caso descritivo-qualitativo, que teve como unidade de análise o Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais.

*

Título: Gestão administrativa e eficiência dos gastos públicos com saúde: estudo de caso dos municípios da macrorregião Leste-Sul – MG

Autor: Randolpho Martino Júnior

Orientadores: Walmer Faroni, Rodrigo Gava (*co-orientador*) e Adriano Provezano Gomes (*co-orientador*)

Data da defesa: abril de 2011

Este trabalho versa sobre uma avaliação dos padrões de qualidade comparados com a eficiência dos gastos realizados pelos cinquenta e três municípios da macrorregião LESTE-SUL do Estado de Minas Gerais. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o direito à saúde tornou-se universal, integral e gratuito para todas as pessoas, sem qualquer segmentação. Com efeito, a demanda pelo serviço público de saúde sofreu grande aumento. Contudo, a Constituição Federal de 1988 não previu a fonte de financiamento desta política pública. O Sistema Único de Saúde, criado pela Constituição Federal, revelou-se incapaz de atender de forma eficiente aos brasileiros. A situação agravou-se com a crise financeira da década de 1990. Em 1995, foi instituído, no Brasil, o Plano Diretor da Reforma do Estado, que teve por objetivo tornar a máquina estatal mais eficiente.

Sob a perspectiva constitucional, analisou-se se há associação entre os gastos públicos e os padrões legais de qualidade do serviço. Foi utilizada a ferramenta “Data Envelopment Analysis” – DEA para estimar o escore de eficiência entre os cinquenta e três municípios que constituíram as unidades de análise de trabalho. Utilizou-se, então, a metodologia do Programa Nacional de Avaliação do Serviço de Saúde para tipificar estes municípios. Esta pesquisa foi estabelecida com base em três perspectivas: gestão organizacional; apoio técnico e logístico; e gestão da atenção à

saúde. Por fim, concluiu-se que a racionalidade no processo de gestão dos serviços induz as unidades de análise a serem mais eficientes na alocação dos recursos financeiros. Demonstrou-se, neste trabalho, que as variáveis denominadas gestão organizacional, apoio técnico e logístico, e gestão da atenção à saúde, que incidem sobre o processo de gestão do serviço, influenciam sobremaneira a eficiência do gasto governamental.

*

Título: Consequências, limites e potencialidades na implementação do programa Reuni em IFES MG: um estudo multicaso

Autor: Ricardo Gandini Lugão

Orientadores: Luiz Antônio Abrantes, Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima (*co-orientador*) e Nina Rosa Silveira da Cunha (*co-orientadora*)

Data da defesa: junho de 2011

Com o propósito de criar condições para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, aumentar a qualidade dos cursos e melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o Governo Federal, através do Decreto nº 6.096/2007, criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Este programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação

em cursos presenciais por professor para dezoito por cento ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano das Universidades Federais. Considerando o novo contexto e os novos desafios e oportunidades relacionados à educação superior; a existência de cenários controversos desvinculados de um planejamento efetivo; a dificuldade relacionada ao financiamento da estrutura operacional nas universidades; a proposta de financiamento contida no REUNI com término previsto para 2012; a manutenção da qualidade de ensino; uma questão problema foi levantada: Quais serão as consequências, os limites e as potencialidades na implementação do Programa REUNI em Instituições Federais de Ensino Superior?

Este trabalho tem como objetivo geral avaliar o processo de planejamento e de implantação do Programa REUNI em IFES de Minas Gerais. Para isso, foram entrevistados Pró-Reitores das áreas acadêmica, de pessoal e de planejamento das Universidades Federais, os quais também responderam a um questionário, sendo que o material coletado passou por uma análise de conteúdo. Foi analisada também a legislação pertinente ao REUNI, bem como os projetos de adesão ao programa das Universidades envolvidas. Constatou-se que os resultados advindos do programa de expansão planejado, com tempo mínimo para planejamento, poderão ser contrários aos objetivos propostos pelo REUNI, e ter impactos negativos a curto e a longo prazos nas Instituições, principalmente na queda

da qualidade do ensino. Percebeu-se que as Universidades pesquisadas não tinham um processo de planejamento institucionalizado, por isso, seus projetos de adesão ao REUNI foram elaborados para atingir as metas pactuadas, principalmente as quantitativas. A exceção se deu em uma Universidade, onde havia sido efetuado planejamento de expansão anteriormente ao Programa, o que ocasionou um projeto de adesão mais amplo, com ações conectadas a seus objetivos, podendo alcançar resultados mais significativos em relação às metas do Programa. Apesar da estrutura e do aparato que envolveu o programa REUNI, observa-se que a discussão está direcionada mais para o compromisso com a expansão de vagas na graduação do que com a reestruturação acadêmica proposta.

A continuidade no processo de implantação das ações propostas pode comprometer a qualidade do ensino, uma vez que a prioridade, no momento, é de se atingir as metas quantitativas do Programa. Ademais, ainda não se verificou avanços significativos na reestruturação acadêmico-curricular nas Instituições, considerando que grande parte dessas ações está em curso tendo em vista sua projeção para o final do período do programa, ou seja, para 2012.

*

Título: Estágios da institucionalização do modelo de alocação de recursos orçamentários das universidades federais brasileiras

Autora: Cisne Zélia Teixeira Reis

Orientadores: Adriel Rodrigues

de Oliveira, Suely de Fátima Ramos Silveira (*co-orientadora*) e Nina Rosa da Silveira Cunha (*co-orientadora*)

Data da defesa: fevereiro de 2011

O rateio orçamentário entre as universidades federais é baseado em um modelo matemático estabelecido pela Secretaria de Educação Superior (Sesu), do Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Esse modelo é uma matriz que considera a produção ou desempenho acadêmico da instituição em um conjunto de variáveis, apresentando como resultado o montante orçamentário a que cada universidade faz jus, para atender às necessidades de manutenção e para contemplar sua qualidade e produtividade. O modelo busca induzir as IFES a adotar procedimentos de gestão voltados para alcance de resultados. Assim, é fundamental que os gestores universitários conheçam, acompanhem e se estruturam em favor do melhor desempenho nas variáveis que compõem o modelo orçamentário. Faz-se necessário, então, investigar o empenho da universidade em aprimorar suas capacidades gerenciais em favor da incorporação efetiva do modelo orçamentário em seus hábitos e rotinas.

Para isso, recorre-se à Teoria Institucional, que, em sua abordagem sociológica, considera que uma norma, ação ou arranjo organizacional está institucionalizado quando faz parte dos hábitos e rotinas da organização. O processo de institucionalização

envolve os estágios de Habitualização, Objetificação e Sedimentação, os quais podem apresentar variados graus de institucionalização, decorrente do tempo de instituição, da incorporação a um campo organizacional ou do questionamento que o ambiente social faz sobre ele. Assim, esta pesquisa objetivou identificar e analisar os estágios de institucionalização do modelo de alocação de recursos orçamentários de Outros Custeios e Capital nas universidades federais brasileiras. Caracterizada como pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, os dados secundários, referentes à metodologia do modelo orçamentário, tiveram tratamento analítico.

Os dados primários foram obtidos com a aplicação de questionário aos dirigentes da área de planejamento orçamentário das universidades e tiveram tratamento estatístico com as técnicas multivariadas de Análise de Cluster e Análise Discriminante, além de análises de frequência e descritiva. Entrevistas semiestruturadas foram aplicadas aos coordenadores nacionais do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (Forplad), órgão assessor da Andifes, e aos coordenadores da Comissão de Modelos do Forplad. As entrevistas e as questões abertas do questionário foram submetidas à Técnica de Análise de Conteúdo. Com esta pesquisa, pôde-se identificar a importância atribuída ao modelo de alocação dos recursos orçamentários na percepção dos sujeitos estratégicos da pesquisa, bem como, agrupar as universidades federais conforme os estágios de ins-

titucionalização em que se encontram e, assim, contribuir para a reflexão e indicação de ações necessárias à consolidação e institucionalização do modelo orçamentário. Conclui-se que o modelo orçamentário constitui-se em instrumento de grande importância no processo de transparência e gestão pública universitária; contudo, enfrenta obstáculos ao melhor nível de institucionalização em seus três estágios, indicando que a capacidade da universidade de agir conforme o que se espera de cada estágio é mais crítica para 27,5% delas.

*

Título: Processo de institucionalização no contexto da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do servidor público federal na percepção dos profissionais da saúde ocupacional: um estudo de caso na UFOP-MG

Autor: Michele Rodrigues

Orientadores: Nina Rosa da Silveira Cunha, Simone Tavares Mafra (*co-orientadora*) e Adriel Rodrigues de Oliveira (*co-orientador*)

Data da defesa: dezembro de 2011

O presente estudo tem como objetivo analisar a implementação da política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal na Universidade Federal de Ouro Preto - MG, na percepção dos profissionais da saúde ocupacional. A pesquisa pode ser classificada como um estudo de caso, do tipo descritivo. Os meios de investigação utilizados foram: pesquisa documental, bibliográfica,

e de levantamento. Os sujeitos sociais foram oito profissionais que estão participando da implementação da política. Os dados foram coletados por meio da realização de entrevistas estruturadas junto aos sujeitos sociais e por meio de análise documental. Os dados foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados indicaram que a Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP tem sido referência em Minas Gerais no processo de implementação e que o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre UFOP e IFMG tem sido importante nesse processo. Também, indicaram que o Subsistema Integrado de atenção à Saúde do Servidor - SIASS absorve os profissionais da Saúde Ocupacional, o que gera sobrecarga de trabalho e conflitos de funções. Ainda, apontaram o SIASS como uma mudança de cultura em termos de Saúde Ocupacional e por isso torna-se imprescindível o controle e o cumprimento de todas as normas propostas pela política.

Assim, diante do exposto, acredita-se que este estudo contribui no sentido de analisar uma política a partir de sua implementação. Também acredita-se que os resultados encontrados possam permitir um diagnóstico preliminar da política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, de modo a subsidiar decisões futuras sobre as ações a serem desenvolvidas a curto e longo prazo para a continuidade da mesma, que ainda encontra-se em fase de implementação.

MESTRADO EM ECONOMIA

Título: Sistema nacional de inovação e desempenho do setor externo

Autor: Marcelo dos Santos da Silva

Orientadores: Evaldo Henrique da Silva, Elaine Aparecida Fernandes (*co-orientadora*) e Orlando Monteiro da Silva (*co-orientador*)

Data da defesa: março de 2011

Este estudo possui como objetivo realizar duas formas de associação entre o grau de desenvolvimento tecnológico de 31 países da OCDE, representado pelo conceito dos Sistemas Nacionais de Inovação (SNI), e o desempenho de suas contas externas, reunindo balança comercial, transações correntes e exportação de bens de alto conteúdo tecnológico. As duas formas de associação são ranqueamento dos SNI e análise gráfica de dispersão, para os anos de 1997 e 2007, tratados independentemente. Em termos da realização destas associações, foram selecionadas nove variáveis representativas das instituições correlatas ao conceito restrito de Sistema Nacional de Inovação de Nelson (1993; 2006) – patentes, gastos em P&D, percentual de pesquisadores, acesso à internet, acesso a telefone, PIB per capita, gastos com educação, artigos publicados e crédito doméstico ao setor privado –, às quais foi aplicada a metodologia de Análise Fatorial via Componentes Principais. Dois índices inéditos foram estimados para análise das associações propostas, envolvendo: o uso dos escores fatoriais ortogonais gerados na Análise Fatorial; e regressão múltipla por mínimos quadrados ordinário (MQO)

entre o primeiro índice e os valores das variáveis originais de sistema de inovação, respectivamente. O primeiro índice, denominado Índice Parcial de Desenvolvimento do Sistema, foi utilizado no ranqueamento. Este serviu de orientação para a investigação tabular sobre a relação desenvolvimento do SNI e desempenho econômico externo. O segundo, denominado Índice de Desenvolvimento do Sistema, foi utilizado na associação gráfica de dispersão. Os índices conseguiram captar muito bem as características de todos os SNI, permitindo revelar uma associação de mesma direção entre a análise por ranqueamento e a gráfica: a de que o aparato institucional nacional de fomento à geração e ao desenvolvimento de inovações e novas tecnologias não é fortemente correlacionado com o desempenho das contas externas consideradas, mesmo que todas as correlações sendo positivas. A correlação gráfica de dispersão entre ambos não chega a ser nula para os anos, mas decresce em magnitude considerável do na de 1997 para o de 2007. Assim, o desenvolvimento tecnológico de cada um dos 31 países da OCDE, sintetizado nesta pesquisa pelo conceito de Sistemas Nacionais de Inovação, não é crucial ou absoluto na determinação dos saldos em balança comercial e transações correntes e no percentual de produtos de alta intensidade tecnológica exportados.

*

Título: Investimento estrangeiro direto e o setor de serviços de telecomunicações brasileiro

Autor: Jefferson Nery do Prado

Orientadores: Elaine Aparecida Fernandes, Sílvia Harumi Toyoshima (*co-orientadora*) e Evaldo Henrique da Silva (*co-orientador*)

Data da defesa: março de 2011

O objetivo do presente estudo foi analisar a capacidade de inovação tecnológica do investimento estrangeiro direto no setor de serviços de telecomunicações para a economia brasileira. Procurou-se identificar se esse capital migrou para o país e intensificou o investimento em tecnologia, ou veio apenas para explorar um mercado em expansão. Para a apuração dessa capacidade de inovação tecnológica, criou-se um índice denominado índice de capacidade de inovação através dos microdados da PINTEC, elaborado pelo IBGE. Constatou-se que não há uma clara distinção entre empresas nacionais ou estrangeiras em relação à intensidade de inovação tecnológica, pois o índice de ambas foram muito próximos. Dentre todas as empresas que compõem o setor, somente uma empresa nacional apresentou um índice de 100% de inovação tecnológica, enquanto entre as estrangeiras, o maior índice foi de 83%. Adicionalmente, o número de empresas que apresentaram um índice superior a 50% foi muito próximo tanto para as nacionais quanto para as multinacionais. Conclui-se que a privatização do setor de telecomunicações foi positiva para a economia no sentido de desenvolver a competitividade e trazer fluxos de capitais externos para o país, o que aumentou a concorrência em um setor totalmente dominado pelo estado, mas o modelo de privatização é total-

mente questionável quando se analisa os resultados em termos de inovação tecnológica. Em um setor em que essa inovação é vital para a competitividade dos demais setores, principalmente a indústria, observa-se que os investimentos em tecnologia por parte das multinacionais não apresentam grande diferença quando comparados com as nacionais. Questiona-se, assim, a efetividade da venda de companhias nacionais para grupos estrangeiros.

*

Título: Emergência de cooperação em sistemas sócio-ecológicos: um modelo baseado em agentes

Autor: Ednando Batista Oliveira

Orientadores: Newton Paulo Bueno, Elaine Aparecida Fernandes (*co-orientadora*) e Adriano Provezano Gomes (*co-orientador*)

Data da defesa: março de 2011

No campo da Nova Economia Institucional (NEI), os estudos de como os indivíduos se organizam para criar mecanismos capazes de proporcionar a cooperação em pequenos grupos vem ganhando grande atenção recentemente. Nesse sentido, algumas variáveis como heterogeneidade e tamanho do grupo são tidas como importantes para a cooperação, contudo existe uma indefinição dos efeitos que estas causam, e se elas são fortes o suficiente para levar uma comunidade ao colapso. Para buscar responder essa questão, este trabalho cria um modelo baseado em agentes, com o intuito de testar quais os efeitos que essas duas variáveis (tamanho e heterogeneidade) têm sobre a cooperação em assentamentos

rurais, e comparar os resultados modelados com os resultados reais de uma pesquisa de campo realizada em 2005 nas comunidades Primeiro de Julho e Cachoeirinha, localizadas na região do Vale do Rio Doce, no norte do Estado de Minas Gerais. O modelo baseado em agentes indica que aumentos no tamanho do grupo levam ao aumento da não cooperação, como indicado pela Teoria da Ação Coletiva, mas não é suficiente para levar a extinção do grupo; já a heterogeneidade leva tanto a queda dos níveis de cooperação quanto à extinção da comunidade, uma vez que quanto mais diferentes e divergentes forem os interesses das pessoas, mais difícil será para eles se organizarem a fim de criarem instituições capazes de proporcionar o desenvolvimento dessa comunidade.

*

Título: Os determinantes da oferta e da demanda de etanol nos estados brasileiros

Autor: Bruno Maciel Von Randow

Orientadores: Rosa Maria Olivera Fontes, Eloy Alves Filho (*co-orientador*) e Leonardo Bornacki de Mattos (*co-orientador*)

Data da defesa: março de 2011

Nos últimos 30 anos observou-se um movimento mundial em busca do desenvolvimento de fontes de energia que pudessem reduzir a dependência dos derivados de petróleo. Por isto, os biocombustíveis, em especial o etanol, têm ganhado destaque no cenário energético mundial. No Brasil, após o PROÁLCOOL, e mais recentemente, dos veículos bicombustíveis, o etanol

tem consolidado sua posição de concorrente da gasolina no mercado de combustíveis para veículos leves. Este trabalho teve como objetivo estimar os determinantes da oferta e da demanda de etanol para os estados brasileiros no período de 2001 a 2008. Dado que, pela teoria econômica, preço e quantidade são determinados simultaneamente pelo equilíbrio das curvas de oferta e demanda, e visto que os dados referem-se a mais de um estado ao longo de 8 anos, o modelo foi estimado por meio de um painel simultâneo. Os resultados encontrados demonstraram que não há simultaneidade na determinação do preço e das quantidades demandadas e ofertadas (oferta defasada em um período) de etanol no período analisado. As estimativas indicaram que a demanda do etanol é preço-elástica. Confirmou-se a hipótese de que gasolina e etanol devem ser tratados como substitutos imperfeitos, além da elasticidade renda positiva e menor do que 1, demonstrar que o etanol é um bem normal. Demonstrou-se também a importância do crescimento da frota de veículos para o aumento da demanda de etanol. Confirmou-se ainda a hipótese de diferenças nas elasticidades entre os estados não produtores e produtores de etanol. Devido à forte concentração da produção na região Centro-Sul do país, estimou-se a oferta apenas para os 7 maiores produtores nacionais, encontrando resultados coerentes com a teoria econômica. Assim como a demanda, a oferta de etanol se mostrou preço-elástica no curto prazo, embora tenha sido preço-inelástica no longo prazo. Para os preços do açúcar e da cana-de-açúcar, e para a oferta de

etanol anidro, o sinal negativo encontrado foi o esperado pela teoria, sendo o etanol anidro o principal concorrente do etanol hidratado apontado pelo modelo.

*

Título: Eficiência e desigualdade em educação e saúde no estado de Minas Gerais: uma análise do PMDI – 2003/2009

Autora: Aline Cunha dos Santos

Orientadores: Adriano Provezano Gomes, Sidney Martins Caetano (*co-orientador*) e Silvia Harumi Toyoshima (*co-orientadora*)

Data da defesa: março de 2011

Apesar da importância associada aos setores de saúde e educação públicos, a desigualdade entre as regiões mineiras merece consideração, já que estes serviços são fundamentais para a ruptura do ciclo de pobreza entre gerações. A fim de reduzir as disparidades e elevar a qualidade de vida da população mineira, o Estado criou o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI. Neste sentido, este trabalho teve como objetivo avaliar se as metas deste plano para educação e saúde têm alcançado êxito em sua primeira fase de implantação, considerando os princípios de equidade e eficiência. Para isso, separou-se primeiramente o Estado em grupos homogêneos, considerando como parâmetros os sub-índices que compõem o Índice Mineiro de Responsabilidade Social, nas dimensões saúde e educação. Para tal, foi utilizada a Análise de Cluster, técnica que permitiu a separação dos municípios do Estado

em dois grupos distintos, de acordo com as variáveis educacionais. Depois foi feita a descrição da distribuição e evolução dos indicadores em relação às metas estabelecidas pelo Plano Mineiro e, em seguida, foram calculados os Índices de Desigualdade em educação para o Estado e para cada grupo. Os índices mostraram que os municípios do estado têm reduzido a distância em relação às metas, indicando melhoria. Posteriormente, foi feita a análise de aspectos relacionados à eficiência relativa na alocação dos recursos destinados à prestação de serviços educacionais, utilizando a metodologia conhecida como Análise Envoltória de Dados. Pelo coeficiente de variação foi possível observar que os municípios se tornaram mais homogêneos em relação à eficiência, e como calculado pelo Índice de Malmquist, a variação desta foi positiva. A correlação negativa existente entre o Índice de Desigualdade e a eficiência mostra que os municípios com maior nível de eficiência apresentaram a menor distância em relação às metas. Para a saúde, a Análise de Cluster possibilitou a agregação das microrregiões mineiras em três grupos distintos. Pela distribuição dos indicadores do PMDI de cada grupo e pelos Índices de Desigualdade, foi possível verificar que a saúde em Minas Gerais ainda se depara com muitos problemas de cobertura e acesso aos serviços, uma vez que desde o início do plano houve distanciamento das metas estabelecidas. Entretanto, quando observados os grupos separadamente, verificou-se que dois grupos se aproximaram e um se distanciou das metas. Os índices de eficiência na

alocação dos recursos apresentaram nível elevado, sendo que o Coeficiente de Variação apresentou redução em todas as análises, revelando aumento na homogeneidade da eficiência, que variou positivamente de acordo com o Índice de Malmquist. Ao relacionar os Índices de Desigualdade com os de eficiência, vê-se que, respeitando as especificidades de cada região, os resultados apresentam correlação negativa, ou seja, as microrregiões com maiores níveis de eficiência são as que apresentam menores Índices de Desigualdade. De forma geral, pode-se dizer que o Estado tem avançado no sentido de melhorar a eficiência e os indicadores educacionais e de saúde. Entretanto, as regiões que conviviam no início do Plano com menores indicadores têm apresentado maior dificuldade em alcançar as metas definidas pelo plano.

*

Título: Impactos dos instrumentos regulatórios SPS e TBT sobre o comércio de carne bovina dos países do Mercosul

Autora: Daiana Nogueira Damião

Orientadores: Orlando Monteiro da Silva, Leonardo Bornarck de Mattos (*co-orientador*) e Pedro Veiga Paulino (*co-orientador*)

Data da defesa: março de 2011

Nos últimos anos, adjacente ao processo de liberalização comercial, a expressiva proliferação de instrumentos regulatórios de natureza técnica e sanitária tem pautado, por vezes, as relações comerciais em âmbito mundial. Ainda que os impactos da introdução dessas medidas sejam extensos, alguns

setores mostram-se mais vulneráveis. A carne bovina, pelas suas características intrínsecas, está propensa à imposição de um grande número de medidas sanitárias e técnicas, que podem ser configuradas em restrições à sua comercialização. Desse modo, os objetivos deste estudo consistiram na identificação dos principais entraves que incidiram sobre o comércio de carne bovina dos países do Mercosul pelos principais países importadores (Estados Unidos, União Europeia, Hong Kong, Chile, Venezuela e países do Oriente Médio), na estimação das margens de cobertura das importações sujeitas a medidas regulatórias e na quantificação dos impactos que os regimes tarifários e os instrumentos regulatórios têm sobre o esse comércio, tendo em vista a relevância desse produto nas pautas de comércio desses países-membros, bem como a crescente demanda mundial. O referencial teórico utilizado fundamentou-se em teorias do comércio internacional que elucidam os instrumentos de políticas comerciais, nas quais estão incluídas as tarifas e as medidas de caráter não tarifário, e no modelo de Heckscher-Ohlin (HO) que fundamenta o modelo gravitacional utilizado para mensurar os impactos dos instrumentos de política comercial. Para acessar a importância dos regulamentos que incidiram sobre o setor em questão, serviu-se do referencial analítico, no qual foi incluída a sistemática da análise de inventário e a abordagem dos modelos gravitacionais. Os resultados obtidos contrariaram a hipótese pressuposta de que, independente do caráter informativo das notificações aos Acordos SPS e TBT, as

importações de carne bovina oriundas do Mercosul seriam reduzidas. A análise descritiva dos regimes tarifários, dos sistemas de quotas tarifárias e das notificações SPS e TBT que incidiram sobre o comércio internacional de carne bovina, permitiu observar que esses instrumentos ainda se fazem presentes de maneira significativa no comércio em questão, sobretudo na União Europeia e nos Estados Unidos.

No que tange à análise de inventário, amplas margens de cobertura em relação aos índices de frequência foram observadas, principalmente nos produtos com maior montante comercializado. Contrariando as expectativas, de modo geral, as tarifas ad valorem e as medidas regulatórias apresentaram impactos positivos sobre as exportações do bloco econômico em estudo, sugerindo que, ao longo do período analisado, a elevação dos preços internacionais da carne pode ter compensado o pagamento das tarifas e dos custos da regulação, promovendo a comercialização no setor de carne bovina. Foram quantificados, ainda, os efeitos das notificações sobre os principais tipos de produtos importados pelos países elegidos, tais como: carnes desossadas, frescas ou resfriadas (0201.30); carnes desossadas, congeladas (0202.30); e carnes industrializadas (1602.50). A avaliação desses produtos, no âmbito da desagregação das medidas regulatórias SPS, possibilitou a mensuração dos impactos individuais das questões transeitoriais contidas nos conteúdos dos documentos notificatórios considerados, nos quais, em sua maioria, revelaram-se instrumentos facilitado-

res de comércio. Por fim, embora a ocorrência de notificações de medidas sanitárias, fitossanitárias e técnicas possam operar de maneira restritiva ao comércio, o presente estudo constatou que a introdução dessas medidas coincidiu com a expansão do comércio de carne bovina no período avaliado. Não obstante, os resultados sugerem que, apesar das particularidades de cada país-membro do bloco econômico em análise, esses países foram reativos quanto às exigências internacionais, revertendo-as em benefícios para a população e para o setor, gerando vantagens competitivas e aumentando as exportações do Mercosul.

MESTRADO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

Título: Programas de responsabilidade social: entre a teoria e a prática na perspectiva de bancárias

Autora: Lina Maria Soares

Orientadores: Karla Maria Damiano Teixeira, Maria das Dores Saraiva de Loreto (*co-orientadora*) e Eveline Torres Pereira (*co-orientadora*)

Data da defesa: abril de 2011

Dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2009, demonstram o aumento contínuo da participação feminina no mercado de trabalho, sendo que a porcentagem de mulheres no conjunto de trabalhadores cresceu de 39,6%, em 1993, para 44,7%, em 2009. Apesar desse aumento, pouco se observa de evolução em relação às relações de gênero. O acesso das mulheres ao trabalho remunerado permanece condicionado pela

domesticidade de suas relações, como se fosse uma dimensão exterior às suas vidas, levando à dupla ou tripla jornada de trabalho. Ainda como agravante desta situação, o insuficiente desenvolvimento de políticas públicas que permitam socializar os custos dos cuidados familiares confirma que a gestão das demandas conflitivas entre família e trabalho permanece, em grande parte, responsabilidade do setor privado. A empresa socialmente responsável se propõe a respeitar os direitos dos trabalhadores, consolidados na legislação trabalhista e nos padrões da Organização Internacional do Trabalho. Nesse contexto, os bancos têm se destacado no campo da responsabilidade social. Dessa forma, este estudo buscou analisar se as ações dos programas bancários de responsabilidade social corporativa respondem às necessidades e demandas do segmento feminino pesquisado e, caso contrário, quais são as estratégias adotadas pelas mulheres para conciliar as atividades domésticas com as do trabalho remunerado. Realizou-se uma pesquisa qualitativa de natureza exploratório-descritiva. A pesquisa teve, como objeto de estudo, os programas de responsabilidade social voltados para as funcionárias de bancos da rede pública e privada das cidades de Arcos, Formiga e Piumhi, do estado de Minas Gerais. A população pesquisada consistiu de 12 funcionárias dos bancos que estavam passando por períodos de gestação, ou que já possuíam filhos a partir do ano de 2000 e que, assim, teriam que conciliar o trabalho remunerado com as atividades domésticas. A coleta de dados foi realizada por meio da pesquisa bibliográfica e entrevista fundamentada em um roteiro semiestruturado.

do. Para a análise dos dados utilizou-se estatística descritiva, complementada por tabelas. Os dados qualitativos foram tratados com base em uma análise das falas das bancárias.

Os resultados mostraram que os programas de responsabilidade social dos bancos, eram abrangentes e desconsideravam especificidades, como as questões relacionadas ao segmento feminino. Assim, os problemas pessoais, familiares e laborais enfrentados pelas mulheres poderiam ter sido minimizados ou solucionados se existissem programas que atendessem às suas demandas particulares. Embora as funcionárias tenham relatado o apoio dos bancos durante o período de gestação e maternidade, na verdade este apoio está previsto em lei. A presença de empregadas domésticas ou mesmo a ajuda de parentes, inclusive do cônjuge, liberava as mulheres para a execução do trabalho remunerado restrito à jornada de trabalho que tinham que cumprir. Por outro lado, elas não tinham tempo pessoal e o lazer estava reservado às atividades com as crianças. A presença de marido e filhos ainda as restringia na progressão da carreira. Mesmo com todas as dificuldades para conciliar os diferentes papéis e demandas, as mulheres se sentiam realizadas com o exercício da maternidade.

*

Título: Agroindústria canavieira e desenvolvimento local, Bambuí-MG

Autor: Ronaldo dos Reis Barbosa

Orientadores: Márcia Pinheiro Ludwig, Maria das Dores Saraiva de Loreto (*co-orientadora*) e Júnia Marise

Matos de Sousa (*co-orientadora*)

Data da defesa: abril de 2011

A cana-de-açúcar foi incorporada ao território brasileiro durante o período colonial e constituiu o primeiro ciclo econômico dentre aqueles que marcaram a formação socioeconômica do país. Ao longo do tempo, a referida cultura teve momentos de destaque com produção ora de açúcar ora de álcool e momentos em que cedeu espaço para outras culturas ou produtos. Nos últimos anos, a cana-de-açúcar voltou a fazer parte do cenário econômico. O discurso veiculado é de que o interesse mundial é diminuir a dependência dos combustíveis fósseis e diversificar a matriz energética para atenuar o aquecimento global.

Nesse contexto as atenções voltam-se para os biocombustíveis, em especial para o etanol de cana-de-açúcar. E, mais uma vez, cresce a demanda pelo etanol, sendo necessário aumentar a produção da cultura da cana, tanto em relação ao aumento da área cultivada quanto da produtividade. Assim, amplia-se o cultivo da cana no Brasil, ultrapassando áreas tradicionais, do interior paulista e do Nordeste. Nessa ampliação, o cultivo avança também para o Centro-Oeste de Minas Gerais, onde se insere o município de Bambuí, que, desde 2006, vem experimentando a expansão canavieira com a implantação da Total Agroindústria Canavieira S/A. Nesse sentido, este estudo procurou analisar o cenário de atuação da Usina Total, desde a implantação até o momento presente, procurando verificar, a partir da percepção de diferentes atores sociais, se tal empre-

endimento sinaliza para a perspectiva do desenvolvimento local. A pesquisa apresenta caráter exploratório, descritivo e corte transversal, utilizando dados primários e secundários. Os resultados caracterizaram a aceitabilidade do empreendimento pelos atores sociais, devido, principalmente, à sua importância econômica, como a geração de emprego, aquecimento imobiliário, aceleração do comércio e aumento da renda para uma pequena parcela da população. Como possíveis fatores apontados como contrários ao agronegócio no município destaca-se a poluição, o aumento do custo de vida e a criminalidade. Considerando que, mesmo que ocorra crescimento econômico, não significa, necessariamente, desenvolvimento, uma vez que este implica em promoção de capacidades e ampliação de oportunidades sociais seria precoce afirmar que estaria sendo observado desenvolvimento local no município de Bambuí no período analisado. Por enquanto só se pode falar em crescimento econômico, seletivo e sem distribuição de equidade.

*

Título: O processo de reinserção social de apenados: uma análise comparativa de trajetórias de vida

Autora: Stella Maria Gomes Tomé

Orientadores: Maria das Dôres Saraiva de Loreto, Tereza Angélica Bartolomeu (*co-orientadora*) e José Ferreira Noronha (*co-orientador*)

Data da defesa: abril de 2011

O problema desta pesquisa esteve pautado tanto na crise do sistema penitenciário brasileiro, caracterizada

pelas condições desumanas dos ambientes de reclusão e pela inexistência ou baixa efetividade de programas de reeducação e ressocialização para a reintegração social dos apenados, quanto no processo de estigmatização e discriminação do ex-detento, que dificultam sua inserção na vida profissional e familiar. Na pesquisa, consideraram-se duas formas de correção penal existentes: a reclusão comum e a reclusão com aplicação de programas de ressocialização. O estudo foi realizado na Unidade Prisional Comum, em Piumhi-MG, bem como no sistema da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), localizada na cidade de Viçosa-MG, e teve como principal objetivo analisar o processo de reinserção social de apenados, considerando tanto a capacidade dos programas de ressocialização em propiciar condições para a autonomia e melhoria da qualidade de vida, quanto as estratégias de reinserção social, em face à realidade de suas trajetórias de vida.

Este trabalho, de natureza qualitativa, consistiu de uma pesquisa descritiva e comparativa, através de análise documental, entrevistas semiestruturadas e grupo focal. Foram entrevistados 3 agentes penitenciários e 5 egressos da Unidade Prisional de Piumhi, e 4 funcionários, 12 apenados e 6 egressos da APAC de Viçosa. Os resultados mostraram que a utilização de atividades socioeducativas, práticas laborterápicas e de espiritualidade, além de oficinas profissionalizantes, cursos e palestras, proporcionou aos apenados da APAC a possibilidade de uma reinserção mais eficaz, comparativamente

aos apenados do Presídio Comum. A trajetória de vida foi pautada por um ambiente de exclusões, ressignificação de crenças e valores, e readaptações do preso à sociedade. Os egressos de ambos os regimes de correção fizeram uso de suas redes sociais e familiares como estratégia para reinserção social, buscando à realização de seus projetos de vida e à superação do preconceito e discriminação social. Para esse público, autonomia e qualidade de vida são sinônimos de liberdade, intimamente ligadas aos componentes “família” e “emprego digno”. Assim, na percepção dos apenados, o fator reinserção esteve fortemente associado ao acesso ao mercado de trabalho e ao apoio das redes familiares, vistos como elementos essenciais para a autodeterminação, reabilitação e desinstitucionalização.

Nesse sentido, pôde-se concluir que o processo de reconstrução da vida e da reinserção social dos detentos depende tanto da conscientização e apoio do público envolvido com o ambiente carcerário quanto da sociedade em geral, principalmente das redes de íntimos, para que, em face às adversidades socioculturais e econômicas, seja possível a mobilização de recursos e criação de oportunidades de desenvolvimento humano e social. As práticas socioeducativas, centradas na ressocialização e capacitação profissional, contribuem para que a pena seja individualizada e não funcione apenas como veículo de retribuição punitiva, mas como meio de condicionamento e preparo para a libertação e reinserção social.

Dessa forma, no processo de planejamento e execução das políticas

públicas de nosso país, as medidas legais e administrativas devem considerar que os apenados não são apenas números de uma estatística a ser apresentada à sociedade, mas, sim, sujeitos singulares, com realidades familiares diversas, únicos em seus anseios e projetos de vida específicos, que devem ser apoiados, por meio de relacionamentos pautados no princípio da reciprocidade, para que efetivamente ocorram a reeducação, ressocialização e reinserção social

*

Título: Transferências familiares: um estudo de caso sobre famílias carentes em Bambuí-MG

Autor: Vinícius da Encarnação

Orientadores: Neuza Maria da Silva, Karla Maria Damiano Teixeira (*co-orientadora*) e José Ferreira Noronha (*co-orientador*)

Data da defesa: abril de 2011

Esta pesquisa teve por objetivos identificar e analisar as transferências de recursos entre membros de famílias carentes residentes no Município de Bambuí, MG. A teoria das trocas sociais, em relação às transferências de recursos entre membros familiares, foi utilizada como base teórica. Metodologicamente, foram realizadas entrevistas fundamentadas em um roteiro semiestruturado aplicado a uma amostra de 60 famílias. Os dados foram analisados de forma descritiva, utilizando-se o programa Statistical Package for Social Sciences – SPSS, versão for Windows 17. O perfil socioeconômico dos chefes dessas famílias mostrou-se baixo em relação a

renda, escolaridade e ocupação, o que caracterizava a amostra. Encontrou-se um número expressivo de unidades chefiadas por mulheres e aposentados. As famílias recebiam mais ajudas do que as ofereciam. O motivo que levava às transferências se relacionava com benevolência, e o que levava a receber ajuda se relacionava com a necessidade da própria família. As famílias eram mais receptoras do que doadoras de ajuda, o que pode ser explicado pelos seus status socioeconômicos.

A ajuda dada era percebida como benevolência, enquanto a recebida era devida à necessidade, seja em termos financeiros, de cuidados e outros. Assim, por necessitar de ajuda havia a necessidade de também ajudar, o que caracterizava a reciprocidade. Dar ajuda embutia um sentimento de poder ser cuidado na velhice ou em períodos de doença, não se caracterizando, portanto, como recompensa imediata. Dessa forma, a família ainda representa a principal fonte de suporte informal decisivo na sobrevivência de parcela significativa da população.

*

Título: A aposentadoria do idoso do meio rural: implicações na administração dos recursos familiares e na qualidade de vida

Autora: Vívian Oliveira Tavares

Orientadores: Karla Maria Damiano Teixeira, Maria das Dores Saraiva de Loreto (*co-orientadora*) e Simone Wajnman (*co-orientadora*)

Data da defesa: abril de 2011

Diante das transformações advindas do envelhecimento populacional

acelerado, a figura do idoso ganha cada vez mais destaque, pois, com o aumento da expectativa de vida e da cobertura previdenciária, o idoso passa a exercer novos papéis e demandar por novos serviços. Antes visto pela sociedade em geral como dependente e incapaz, o idoso, tanto da zona rural quanto da zona urbana, está mais ativo e assumindo o papel de chefia de sua família, alterando, assim, as relações familiares e toda a economia familiar. No entanto, a maior parte das pesquisas sobre a contribuição do idoso na renda familiar refere-se aos idosos aposentados urbanos, havendo uma ausência de maiores estudos que contemplem os idosos aposentados rurais. Procurando contribuir com a diminuição dessa lacuna, o presente estudo procurou analisar a percepção dos idosos rurais aposentados, assim como de suas famílias, sobre a participação dos rendimentos dos idosos na administração dos recursos materiais e humanos da família rural; além de suas implicações na qualidade de vida do idoso e do grupo familiar.

A pesquisa, ancorada na abordagem quanti-qualitativa e de natureza exploratória descritiva, foi desenvolvida em Viçosa-MG, sendo a amostra composta por 65 idosos, de ambos os sexos, moradores na zona rural, lúcidos e aposentados pelo INSS; e, por 65 familiares, sendo cada familiar referente a 1 idoso. A amostra foi selecionada aleatoriamente, por meio da técnica de sorteio, e a partir do cadastro dos aposentados rurais do INSS e de alguns critérios estabelecidos. Para a realização da coleta de dados, foram combinadas diferentes técnicas, a saber:

teste de memória; os questionários World Health Organization Quality of Life Instrument Bref (WHOQOL-Bref) e World Health Organization Quality of Life Instrument for Older Persons (módulo WHOQOL-OLD), da Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como entrevistas semiestruturadas e notas de campo. O tratamento dos dados quantitativos foi feito utilizando-se a estatística descritiva por meio do software Statistical Package for Social Sciences (SPSS) – Versão 13.0, e os dados qualitativos, fundamentado na análise de conteúdo.

Os resultados mostraram a importância imprescindível da renda do idoso rural aposentado na economia familiar, pois, em 80% dos casos, o idoso contribuía com pelo menos 50% da renda familiar e, sem a renda do idoso, esta renda seria reduzida em 78,78%, em média. Constatou-se que existe uma situação de dependência familiar dos recursos econômicos dos idosos aposentados, principalmente por parte de seus filhos e netos que, por problemas econômicos e familiares, como desemprego, baixa remuneração, gravidez não planejada, divórcio e outros eventos, estabelecem relações de dependências com seus idosos aposentados, independente ou não de coabitarem com os mesmos. Com relação à avaliação da qualidade de vida dos idosos, por meio dos resultados dos instrumentos WHOQOL-Bref e WHOQOL-Old, verificou-se que os idosos rurais aposentados não possuem baixa qualidade de vida. Conclui-se que a aposentadoria provoca alterações significativas tanto na vida dos idosos rurais como de suas famílias,

que enxergam no benefício social dos idosos, condições de subsistência e de melhores condições de vida. Percebe-se a necessidade de novos estudos e políticas sociais voltadas para as famílias desses idosos, que, após a perda desses familiares ficam em situação de extrema pobreza e, porque não dizer, de abandono.

*

Título: Territórios da informalidade: as diferentes estratégias reprodutivas das famílias inseridas no comércio informal de Viçosa-MG

Autora: Juliana Lopes Lelis

Orientadores: Neide Maria de Almeida Pinto, Ana Louise de Carvalho Fiúza (*co-orientadora*) e Sheila Maria Doula (*co-orientadora*)

Data da defesa: maio de 2011

Ao presenciar o crescimento das desigualdades sociais no espaço urbano brasileiro, a informalidade tem sido uma alternativa encontrada pelas famílias para manterem a sua reprodução física e social. A informalidade, inicialmente, caracterizada como atividades precárias; hoje se apresenta com novas tendências, visto que adquiriu diferentes finalidades na vida das famílias. Presente de forma significativa, nos pequenos e grandes centros urbanos, ela constrói, no seu cotidiano, relações sociais e espaciais que revelam a complexidade do seu universo. É nesta perspectiva, que a presente pesquisa teve como objetivo geral, compreender os territórios e territorialidades construídos pelas famílias inseridas no comércio informal de Viçosa (MG). Para tanto, a pesquisa

caracterizou-se como um estudo de cunho quanti-qualitativo e de natureza descritivo-analítica, utilizando-se como métodos de coleta de dados, o Survey, a entrevista em profundidade e a história de vida.

O estudo foi realizado na cidade de Viçosa (MG), sendo a amostra composta por 208 comerciantes. Para a coleta de dados foram combinadas diferentes técnicas: observação não-participante, análise de documentos e registros da Prefeitura Municipal, questionário e entrevistas semi-estruturadas, e notas de campo. A análise dos dados baseou-se em dois procedimentos: a utilização do software SPSS (Statistical Package for Social Sciences); e no agrupamento e análise das informações a partir de categorias analíticas retiradas do referencial teórico. Os resultados apontaram que o perfil dos comerciantes era diversificado, com destaque para a presença de homens (66,8%), casados (70,7%), naturais de Viçosa e microrregião (87,7%), com idade média de 44,6 anos, que possuíam baixa escolaridade, e ainda, que vendiam diferentes tipos de mercadorias. Além disso, os resultados evidenciaram que como reflexo da tendência nacional, o comércio informal de Viçosa (MG) assumiu diferentes finalidades na vida das famílias envolvidas, visto que 29,3% a viram como uma alternativa para sair do desemprego, 27,7% uma atividade para complementar a renda familiar; 23,2% a perceberam como uma boa perspectiva de trabalho; 6,6% como uma forma de entretenimento; 9,8% uma possibilidade de manter a tradição familiar; e 3,4%

como a possibilidade de desenvolver um trabalho por conta própria. Além disso, mesmo atuando em locais específicos (Shopping Chequer e Feiras Livre e de Artesanato) e temporários (ocupação das ruas, calçadas e praças pelos ambulantes), os comerciantes informais teciam diferentes redes e significados nestes espaços demarcando outras espacialidades, os territórios da informalidade.

Assim, foi possível verificar, a existência de três territórios, que se configuravam como o espelho das relações estabelecidas no cotidiano da atividade informal: o território precário, visto como única opção de trabalho, onde se destacava a ajuda dos membros familiares; o território em ascensão, identificado como uma opção de vida, onde se tinha redes sociais mais extensas, não limitadas aos membros familiares; e o território de resistência, tido como uma possibilidade do trabalho familiar, onde se destacava as relações simbólicas e representações sociais dos seus trabalhadores. Concluiu-se, portanto, que além de sua importância enquanto uma estratégia que permite a sobrevivência física do grupo, o comércio informal tornou-se, também, uma atividade que possibilita às famílias alcançarem outros objetivos de vida. E ainda, a família mostrou-se em qualquer um desses territórios, como a principal referência para a manutenção dessa atividade. Assim, na base destes territórios, estava a lógica de organização dos grupos familiares, marcada por uma identidade que estava diluída entre os espaços do trabalho e da casa.

Título: O fenômeno da gravidez na adolescência em perspectivas diferenciadas e suas implicações nas relações pessoais, familiares e sociais

Autora: Caroline Silva Almeida Benini

Orientadores: Maria das Dôres Saraiva de Loreto, Karla Maria Damiano Teixeira (*co-orientadora*)

Data da defesa: junho de 2011

No Brasil, a taxa de fecundidade na adolescência – período compreendido entre 10 e 19 anos – tem aumentado, assim como em outros países. A intensidade desse fenômeno social é derivada das mudanças perpassadas pela sociedade, com reflexos no sistema familiar. O caráter transitório das relações e dos papéis das instituições tem levado a maior liberdade reprodutiva, no período de transição entre infância e a idade adulta, ou seja, o exercício da sexualidade tem sido vivenciado cada vez mais cedo, impulsionado por fatores socioculturais e midiáticos. Novas concepções, valores e padrões de comportamento influenciam a vivência precoce da sexualidade. Assim, muitas adolescentes, além de viverem os conflitos próprios dessa faixa etária, ainda podem conviver com outra questão conflituosa: a gravidez, que pode resultar tanto da vivência da sexualidade da adolescente, quanto por violência sexual. A gestação na adolescência é, muitas vezes, inesperada e indesejada, significando a interrupção do seu processo de formação, que pode conduzir a situações conflituosas, com possibilidade de violência doméstica em função das relações de poder e dominação, operando no nível da linguagem e do

simbólico. Nesse contexto, o presente estudo objetivou analisar o fenômeno da gravidez na adolescência em contextos diferenciados, identificando seus impactos nas relações pessoais, familiares e sociais da adolescente, bem como sua associação com situações de trauma e violência.

Participaram da pesquisa os Agentes Comunitários de Saúde (ACS); 18 adolescentes que tiveram filhos entre os anos de 2007 e 2010; 11 famílias das adolescentes e 15 pais de seus filhos. Para coleta de dados fez-se uso da pesquisa censitária e documental para examinar a realidade da gravidez na adolescência ao nível do município de Rosário da Limeira, MG; realizou-se o grupo focal junto aos ACS; além disso, também foi utilizada a entrevista semiestruturada aplicada às adolescentes, suas famílias e pais de seus filhos. A situação da gravidez precoce local não se diferencia da realidade nacional. A média de idade da primeira gestação entre as adolescentes entrevistadas foi de 16,7 anos. Quanto ao local de moradia percebeu-se que 67% das adolescentes eram residentes da área urbana do município, na época da gravidez, enquanto 33% moravam na área rural. Quanto à escolaridade, observou-se maior incidência de adolescentes que cursaram Ensino Fundamental Incompleto. Quanto ao estado civil, antes da gravidez, 66% das adolescentes eram casadas e apenas 16% continuaram solteiras após o nascimento das crianças. Na percepção dos ACS, as adolescentes convivem com a violência simbólica, principalmente pela pressão psicológica e imposição de novos comportamentos,

por parte das famílias, que veem a gravidez na adolescência como uma “situação de vergonha” e o casamento como uma opção naturalizada dentro dos projetos de vida das adolescentes. No que diz respeito às motivações da gravidez, pôde-se perceber que metade das adolescentes desejava ser mãe. As demais não planejavam ou queriam filhos naquele momento. As mudanças que ocorreram na qualidade de vida da adolescente, por conta da gravidez, estavam relacionadas predominantemente ao abandono dos estudos, menos lazer e vida própria, além de limitação de recursos financeiros. Para a maioria das mães das adolescentes a gravidez foi motivo de insatisfação, sendo percebido como um fator negativo, principalmente pela preocupação com as oportunidades que as filhas deixariam de ter por conta das novas responsabilidades, próprias da maternidade. Para a maioria dos pais dos bebês, a descoberta da gravidez das adolescentes trouxe felicidade e, ao mesmo tempo, preocupação; ou seja, uma sobreposição de sentimentos.

No que concerne às situações de violência foi mais comum aquela de natureza psicológica, vivenciada principalmente pelas adolescentes do meio urbano, com a imposição de novos comportamentos, além das cobranças, em função de um maior contato com outras instituições socializadoras, além da família. A gravidez na adolescência está associada à violência de natureza simbólica, que tem permanecido muitas vezes invisível, minimizada, negada e naturalizada pelas disposições interiorizadas do campo de vivência e, mais especificamente, pelos papéis es-

tereotipados de gênero, que impõem às adolescentes novos comportamentos, além de posição de silenciamento e submissão diante de novos papéis e funções.

*

Título: Câncer: repercussões na família e a humanização em uma casa de apoio na perspectiva dos cuidadores

Autora: Cibelle Aparecida Cota Magalhães

Orientadores: Tereza Angélica Bartolomeu, Rita de Cássia Pereira Farias (*co-orientadora*) e Rosa Maria Quadros Nehmy (*co-orientadora*)

Data da defesa: junho de 2011

A presente pesquisa foi baseada nos pressupostos de que a doença de um dos membros familiares pode influenciar e alterar, positivamente ou negativamente, a organização e a estrutura familiar; e de que a humanização e o trabalho voluntário são importantes em instituições de saúde, principalmente daquelas especializadas em tratamentos oncológicos. Neste sentido, objetivou-se analisar, na perspectiva dos cuidadores de pacientes oncológicos, a repercussão do câncer na família e a humanização, a vivência e o trabalho voluntário em uma Casa de Apoio a pacientes com câncer localizada em Muriaé – MG. Para tanto, realizou-se um estudo de caso numa abordagem qualitativa, de natureza descritiva cuja amostra foi constituída por vinte e dois cuidadores, uma coordenadora e três voluntárias. O método de coleta de dados utilizado nessa pesquisa foi a entrevista

semi-estruturada e o método utilizado para análises dos dados foi a Análise de Conteúdo. As análises das entrevistas semi-estruturadas foram realizadas mediante categorias temáticas previamente definidas a partir de indicadores empíricos e teóricos, tendo em vista os objetivos propostos para essa pesquisa. Foram três as categorias temáticas: “A família e o câncer”, “A humanização na Casa de Apoio” e “A Vivência na Casa de Apoio”. Algumas dessas categorias foram subdivididas em subcategorias e essas em temas. Além dessas categorias, analisou-se também a Casa de Apoio quanto à estrutura física, finalidade, funcionamento, equipe de trabalho e voluntariado; e caracterizou-se a população do estudo nos aspectos socioeconômicos e culturais.

Constatou-se que a família, vista como um sistema, é influenciada e alterada quando um de seus membros é acometido pelo câncer. Quanto à Casa de Apoio, pode-se dizer que ela é essencial para continuidade do tratamento dos pacientes oncológicos e que coloca em prática muitos dos pressupostos da humanização. Entretanto, notou-se a necessidade de revisão da comunicação profissional-usuários. Em relação ao voluntariado, percebeu-se que esse se faz importante no cotidiano da Casa de Apoio, mas que necessita de uma coordenação específica. Considera-se que os objetivos propostos foram alcançados satisfatoriamente e que essa pesquisa poderá contribuir para a ampliação das discussões sobre a família no processo saúde-doença e sua interface com as instituições de saúde e suas novas configurações de atendimento e acolhimento a partir da

humanização e do voluntariado.

*

Título: O programa Bolsa-Família em um contexto de cidades rurais: o caso de Bambuí-MG

Autor: Dênis Fernando Fraga Rios

Orientadores: Neide Maria de Almeida Pinto, Maria de Lourdes Saraiva de Loreto (*co-orientadora*)

Data da defesa: junho de 2011

É sabido que, no Brasil, há elevada concentração e desigualdade de riquezas, com uma população que vive abaixo da linha da pobreza, em torno de 21,5%, expressando enorme segmento de desamparados, vivendo plena miséria e à margem dos direitos sociais. Visando mitigar as desigualdades e vulnerabilidades sociais, o Brasil vem adotando políticas públicas em programas de cunho social. Criado em janeiro de 2004, o Programa Bolsa-Família (PBF) objetiva combater a fome e miséria e promover e emancipar as famílias mais pobres do país, com transferência direta de renda, conforme critérios da Lei 10.836/2004. Nesse sentido, este estudo objetivou examinar a realidade do PBF em proceder ao empoderamento e inclusão social das famílias beneficiadas, no município de Bambuí, MG, num contexto de uma cidade rural, sendo esse o seu campo empírico. Tomou-se como sujeitos da pesquisa o Gestor municipal do Programa na cidade mais 160 famílias beneficiárias, estratificadas proporcionalmente, em pesquisa de abordagem quali-quantitativa e de caráter descritivo-exploratório. Após a coleta, por meio de entrevistas, os dados foram analisados fazendo-se uso

da estatística descritiva. Os resultados apontaram que o Gestor municipal percebe o Programa como um estímulo à autonomia das famílias e de acesso a direitos universais sem, entretanto, a saída da condição de vulnerabilidade social, pela ausência de programas complementares. Na percepção das famílias, o PBF tem caráter de reforço na renda familiar e auxílio no combate à fome, o que expressa uma cidadania fragilizada, quando muito, ao acesso limitado de bens voltados à sobrevivência cotidiana. Esses resultados reforçaram o pressuposto de que o PBF em Bambuí, MG, prioriza apenas a transferência de renda, não possibilitando a saída da pobreza e não trazendo situações de empoderamento e inclusão social ampla que só podem ser enfrentadas mediante medidas articuladas de mobilização social no contexto das ações estatais, que têm por foco a família, geração de renda, capacitação e formação profissional e de cidadania, inexistente no município.

*

Título: Política pública de atendimento à criança e ao adolescente, nas perspectivas do CMDCA, CT e famílias

Autora: Fabiana Noronha de Oliveira

Orientadores: Maria das Dores Saraiva de Loreto, Maria de Lourdes Mattos Barreto (*co-orientadora*) e Suely de Fátima Ramos Silveira (*co-orientadora*)

Data da defesa: junho de 2011

No Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a entrada

em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei N° 8.069/90, popularmente conhecida por ECA, reestruturaram todo o tratamento jurídico, político e social que era dado à infância e à juventude até então. Assim, crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos, com prioridade absoluta, por estarem numa condição peculiar de desenvolvimento biopsicossocial.

A proposta de uma nova política de atendimento voltada à população infanto-juvenil brasileira propôs, dentre outras coisas, a municipalização do atendimento e a criação dos conselhos; sendo, nesse caso, criados os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e os Conselhos Tutelares (CTs), órgãos estes comprometidos com o processo de tomada de decisão em relação às políticas públicas voltadas à satisfação dos interesses infanto-juvenis. Este estudo teve por objetivo pesquisar as políticas públicas voltadas para o público infanto-juvenil, em conformidade com o ECA, no que concerne ao processo de tomada de decisão e atuação CMDCA e do Conselho Tutelar, no município de Viçosa – MG, além de investigar a percepção das famílias sobre a adequação desses dispositivos legais. Com isso, adotou-se como fundamento deste estudo uma reflexão sobre políticas públicas considerando a situação concreta da política de atendimento à criança e ao adolescente, em face à Doutrina da Proteção Integral. Para atender aos objetivos deste trabalho, foi realizada uma pesquisa documental, além de entrevistas semiestruturadas junto aos

conselheiros municipais dos direitos da criança e do adolescente, conselheiros tutelares e uma subamostra de famílias que foram atendidas pelo CT e encaminhadas ao CRAS-Sul. Os resultados obtidos junto ao CMDCA demonstraram que os entrevistados têm consciência dos seus papéis, conhecem as demandas das famílias, se movimentam na direção de conquistas importantes em relação à criação de políticas públicas, mas ainda não possuem poder estratégico, pela limitada articulação institucional, para transformar as diversas situações-problema em agendas e ações políticas. As conselheiras tutelares, embora conheçam bem as suas atribuições, sentem necessidades de políticas públicas mais eficazes para o fortalecimento do trabalho do CT. As famílias entrevistadas relataram que faltam programas no município que contemplem suas necessidades, como o fortalecimento do vínculo familiar e ajuda na educação dos filhos.

Conclui-se que, embora avanços tenham ocorrido, desde a criação dos Conselhos no município e a inclusão de novos atores no processo de tomada de decisão política, ainda há necessidade de haver alguns ajustes nesse processo, principalmente na compreensão da prioridade absoluta com que as deliberações do CMDCA têm que ser atendidas pelo Poder Público, como também na representação, participação e controle social das políticas por parte das famílias e da sociedade civil. A falta de recursos não pode ser limitada à mediação entre os interesses da criança/adolescente e as demandas das famílias, e os jogos de poder dos gestores das políticas públicas. Programas

e ações de atendimento ao segmento infanto-juvenil devem estar atentos de que crianças e adolescentes são seres indissociáveis de seu contexto familiar e sociocomunitário, componentes de singular importância na estrutura de governança e agenciamento de políticas públicas de proteção integral à infância e adolescência.

*

Título: Motivações, qualidade de vida e suas mudanças – percepções dos egressos do PROEJA/BAMBUÍ-MG

Autora: Helainne Vianey Gomes de Oliveira

Orientadores: Lourdes Helena da Silva, Maria das Dôres Saraiva de Loreto (*co-orientadora*) e Neuza Maria da Silva (*co-orientadora*)

Data da defesa: junho de 2011

A maioria dos estudos sobre as políticas da EJA encontra-se ancorados, principalmente, nas questões relacionadas à operacionalização dos programas, tais como motivos da evasão escolar, aspectos da formação e/ou das práticas docentes, adequação do currículo, metodologias de ensino, entre outros. Identifica-se, assim, uma escassez de estudos que abordam os reflexos das ações dos programas de EJA no cotidiano de vida dos sujeitos que delas participaram e, sobretudo, de suas respectivas famílias. É neste contexto que o presente estudo teve como objetivo geral analisar as implicações do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens

e Adultos – PROEJA na vida pessoal, familiar e social dos seus egressos. Especificamente, foram seus objetivos: caracterizar o PROEJA em seus princípios, proposições e público no IFMG Campus Bambuí; caracterizar o perfil socioeconômico dos egressos do PROEJA e de suas famílias; identificar os fatores determinantes de inserção dos egressos no Programa; analisar as concepções dos egressos sobre as mudanças ocorridas em suas vidas, particularmente, em relação a qualidade de vida desses e de suas famílias, pelo ingresso no PROEJA.

O delineamento da pesquisa seguiu a abordagem qualitativa. Os procedimentos metodológicos utilizados consistiram de pesquisa documental, complementada com entrevista semi-estruturada realizada com 31 egressos do PROEJA do IFMG Campus Bambuí, particularmente dos cursos técnicos em Gestão Comercial, Mecânica Agrícola e Mecânica Automotiva. Os dados obtidos foram analisados por meio do Método de Análise de Conteúdo, mediante categorias temáticas previamente definidas a partir de indicadores empíricos e teóricos, tendo em vista os objetivos propostos para a pesquisa. Os resultados mostraram que estes sujeitos retornaram ao processo de escolarização, por meio do PROEJA, pelo reconhecimento da falta que fez a escolaridade em suas vidas. Em suas avaliações, a inserção em um Programa de Educação de Jovens e Adultos é considerada como possibilidade de concluir a etapa final da Educação Básica, além de desenvolver uma formação profissional. Do ponto de vista da influência do PROEJA na melhoria da qua-

lidade de vida, a pesquisa revelou que os egressos perceberam melhorias, principalmente, nas dimensões social, intelectual e emocional. De uma forma geral, pôde-se concluir que o PROEJA trouxe melhorias na qualidade de vida da maioria dos pesquisados e de suas famílias, principalmente pela promoção das capacidades e competências do ser, estar e fazer. Considera-se que os objetivos propostos foram alcançados satisfatoriamente e que essa pesquisa poderá contribuir para a ampliação das discussões sobre as mudanças que o PROEJA é capaz de gerar na vida de seus educandos e de suas famílias.

*

Título: Refletindo sobre as redes sociais no cuidar e educar em contextos de famílias com filhos menores de 6 anos de idade

Autora: Márcia Helena da Silva Fraga

Orientadores: Maria de Lourdes Mattos Barreto, Maria das Dôres Saraiva de Loreto (*co-orientadora*) e Neide Maria de Almeida Pinto (*co-orientadora*)

Data da defesa: junho de 2011

Diante das várias mudanças da família ao longo do seu ciclo de vida, o apoio das redes sociais é fundamental ao enfrentamento de transições, como o cuidar e educar filhos de 0 a 6 anos de idade, pois, neste estágio, muitos são os problemas enfrentados pela família. As redes de apoio social formal ou informal podem possibilitar o alcance de maior equilíbrio na conciliação das atividades laborais e familiares. No entanto, nem sempre se pode contar com o apoio dessas redes sociais,

buscando-se, muitas vezes, alternativas que influenciam na própria estrutura familiar, como a renúncia de um dos cônjuges pela sua participação no mercado de trabalho. Assim, este estudo descreve a morfologia das redes sociais acionadas pelas famílias com filhos pequenos e seu papel na vida familiar de docentes de instituição de ensino público federal, que chegaram à cidade de Bambuí, MG, desde o ano de 2006.

Em esse foi o problema do estudo: Qual papel as redes sociais exercem no cuidado e educação das crianças menores de 6 anos de idade das famílias com filhos pequenos, representadas pelos servidores do IFMG – Campus Bambuí? e em que situações essas famílias recorrem às redes sociais e qual sua adequabilidade no suporte às famílias? A pesquisa, de natureza qualitativa, descritiva e compreensiva, fez uso de entrevista a 19 pais com filhos menores de 6 anos de idade, incluídos no quadro de efetivos do IFMG – Campus Bambuí, desde o ano de 2006. Os resultados apontaram que as Instituições de Educação Infantil, enquanto rede social formal, tiveram grande destaque em relação às outras redes formais, como o cuidador pago, porém, apesar de sua importância e demanda crescente pelos seus serviços, as IEs da cidade de Bambuí são em número reduzido, não oferecendo alternativas ao seu público-alvo, que são as famílias com pais profissionais e filhos menores de idade. As redes sociais interferiam no cotidiano das famílias, contribuindo para um melhor equilíbrio e funcionamento da vida familiar. A inexistência e, ou, limitações desse suporte às famílias reforçam os papéis estereotipados de

gênero, quando o cuidado é visto como função da mulher-mãe. Essa discussão abrange aspectos comportamentais dos docentes perante a interface trabalho remunerado e sua família, com reflexos na qualidade de vida da família e do trabalho.

*

Título: O lugar do assentamento nos projetos de Vida das Famílias Assentadas: o caso do assentamento Margarida Alves, em Bambuí-MG.

Autora: Mariângela de Faria

Orientadores: Neide Maria de Almeida Pinto, Ana Louise de Carvalho Fiúza (*co-orientadora*) e Márcia Pinheiro Ludwig (*co-orientadora*)

Data da defesa: junho de 2011

A permanência dos assentados rurais na terra conquistada tem sido uma das promessas dos governos. Estudos de autores como Bogo (1999), Andrade et al (2009) e outros revelaram que após a conquista da terra, os assentados enfrentavam dificuldades para permanecerem no local, tendo que buscar seu sustento fora do assentamento ou desenvolver atividades agrícolas paralelas a outras atividades para garantir seu lote. Esta pesquisa buscou compreender o lugar que o assentamento rural Margarida Alves, no município de Bambuí MG, ocupa na trajetória de vida dos assentados, analisando como os projetos de vida das famílias de um assentamento rural revelam as expectativas dos mesmos para o futuro. Para tanto, as famílias do assentamento foram caracterizadas quanto ao seu perfil socioeconômico e estratégias de reprodução, trajetórias

e projetos de vida, procurando problematizar o lugar que o assentamento ocupa nestes projetos.

O estudo mostrou que o perfil das famílias assentadas agrega realidades rurais e urbanas: pessoas que sempre viveram a roça, pessoas que viveram o campo e a cidade e pessoas que nunca viveram a realidade rural. A maioria das famílias entrevistadas era proveniente do município de Bambuí e para grande parte, o acesso ao lote significou continuar trabalhando em atividades ligadas ao rural. Para os assentados provenientes de outras localidades, o acesso a terra não significou rompimento com as antigas atividades, pois os que exerciam atividades agrícolas e não-agrícolas, como pintor, motorista, peão de rodeio, pedreiro, continuaram a exercê-las concomitantemente às atividades do lote. Para a grande maioria, inclusive, esse acesso garantiu o fortalecimento e a possibilidade de incremento dessas atividades, pois estas encontram demanda tanto no meio urbano quanto no meio rural. A sociabilidade dos assentados se construía também na zona urbana de Bambuí, devido aos inúmeros vínculos que mantinham no município a partir do trabalho, lazer e estudo. E a reprodução das famílias não estava associada, de forma exclusiva, às atividades desenvolvidas no lote. Grande parte dos jovens, filhos dos assentados, tinha seus projetos de vida ligados ao urbano, seja pelo interesse em estudos, ou pelo desenvolvimento de outras atividades. Percebeu-se através do estudo realizado que o assentado do Margarida Alves pouco se diferenciava do pequeno agricultor de Bambuí, pois

ter um (pequeno) pedaço de terra e manter uma residência na área urbana, ou ainda nesta desenvolver outra atividade profissional faz parte do cotidiano de muitos agricultores bambuienses. O entendimento do assentamento como meio ou fim para se alcançar uma melhor condição de vida não se constituiu em um fator restritivo às possibilidades de reprodução social dos assentados. Pelo contrário, inseriu os mesmos na cultura local.

*

Título: A significação do trabalho e da aposentadoria: o caso dos servidores da Universidade Federal de Viçosa

Autora: Maria Alice Lopes Coelho Bressan

Orientadores: Simone Caldas Tavares Mafra, Maria das Dôres Saraiva de Loreto (*co-orientadora*), Lúcia Helena de Freitas Pinho França (*co-orientadora*) e Mônica Santos de Souza Melo (*co-orientadora*)

Data da defesa: junho de 2011

O problema desta pesquisa foi pautado nos desafios apresentados à sociedade atual com relação ao crescimento do número de aposentadorias como consequência do aumento da expectativa de vida mundialmente. Considerou-se que grande parte da adaptação à aposentadoria irá depender diretamente do significado que o indivíduo dá ao trabalho, de seu envolvimento com ele, do significado atribuído à aposentadoria e às expectativas e das limitações com relação ao bem-estar neste momento de transição. O estudo, realizado

na Universidade Federal de Viçosa (UFV), localizada na cidade de Viçosa, MG, teve como principal objetivo realizar uma análise da significação do trabalho, da aposentadoria e do bem-estar na aposentadoria entre profissionais que estão próximos desse processo. Foram considerados os níveis de classificação de cargos, visando identificar os pontos de proximidade e divergência, bem como cargo e o nível de escolaridade dos participantes, para subsidiar o planejamento de programas de preparação para a aposentadoria (PPA) no serviço público, no âmbito das Universidades Federais.

O estudo pode ser considerado qualitativo e descritivo. Os dados foram obtidos utilizando-se a entrevista semiestruturada e analisados conforme a análise do discurso proposta por Patrick Chareudeau. Foram entrevistados 33 servidores, distribuídos da seguinte forma: cinco docentes, cinco técnico-administrativos do nível A, sete do nível B, sete do nível C, quatro do nível D e cinco do nível E. De acordo com os resultados, há forte significação subjetiva positiva apresentada pelos entrevistados e importante vínculo emocional, demonstrando satisfação e envolvimento deles com o trabalho e a organização. A maioria dos participantes reconheceu na aposentadoria a oportunidade de obter ganhos, como “liberdade das responsabilidades do trabalho” e “ter mais tempo para o lazer e relacionamentos”. Porém, ainda é evidente o medo e a insegurança frente à transição, o que foi marcado pela ênfase nas perdas “dos aspectos tangíveis do

trabalho” e dos “aspectos emocionais do trabalho”. Os fatores percebidos como essenciais para a garantia do bem-estar na aposentadoria foram saúde e tranquilidade financeira, que estão ligados à dimensão fatores de risco e sobrevivência.

Os fatores considerados como positivos em relação ao bem-estar para a população foram a educação, o relacionamento familiar, a saúde e o engajamento em atividades culturais e de lazer. Fatores como a perspectiva de trabalho pós-aposentadoria, a situação financeira, a falta de conhecimento da responsabilidade institucional na aposentadoria e os relacionamentos sociais predizem dificuldades no processo de transição, o que evidencia a importância da inclusão da família no PPA. Nesse sentido, faz-se necessário refletir a respeito da importância de um PPA efetivo e que acompanhe o servidor na organização durante sua carreira, para abrir perspectivas além do trabalho, e, conseqüentemente, preparar o indivíduo para quando ocorrer o desligamento. Também é necessário que a família tenha acesso ao PPA, para que possa se beneficiar dos eventuais ganhos propiciados pelo Programa, visto que os fatores que irão afetar o indivíduo possuem reflexo direto na família. Conclui-se também que estudos como este podem ajudar no planejamento de PPAs focados em fatores condizentes com a realidade de cada população, sendo assim possível alcançar maior adesão aos programas e, conseqüentemente, favorecer o bem-estar e a qualidade de vida tanto individual quanto familiar dentro desse processo.

Título: Legislação ambiental e reprodução socioeconômica de pequenos produtores rurais da micro-bacia hidrográfica do Córrego do Grama, Coimbra/MG

Autora: Maria Aparecida de Castro Monteiro Sant’Anna

Orientadores: Márcia Pinheiro Ludwig, Maria das Dôres Saraiva de Loreto (*co-orientadora*)

Data da defesa: junho de 2011

Este estudo contempla os resultados da pesquisa realizada com unidades familiares da Microbacia Hidrográfica do Córrego do Grama, município de Coimbra-MG. O objetivo do estudo foi investigar e analisar a relação entre a legislação ambiental vigente, no que se refere às Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, e a reprodução socioeconômica de pequenos proprietários. Especificamente, buscamos refletir e analisar sobre a dinâmica da reprodução socioeconômica dos pequenos proprietários rurais, frente às recentes transformações ocorridas, tanto em nível da economia global, quanto das relações entre o campo e a cidade; investigar e analisar a percepção de pequenos proprietários rurais em relação à legislação ambiental vigente no contexto da realidade socioeconômica por eles vivenciada; relacionar as situações de uso e ocupação das APP’s e RL das pequenas propriedades rurais com o Estatuto Legal vigente (Código Florestal Brasileiro de 1965). A pesquisa, de natureza qualitativa, especificamente um estudo de caso, teve como técnicas de coleta de dados: questionários, entre-

vistas semi-estruturadas, observação direta e informações em caderno de campo. O estudo se apoiou em referências teóricas que discutem o rural brasileiro e reprodução de pequenos proprietários rurais, além da análise da história e desdobramentos da Legislação Ambiental no Brasil e dos entraves e submissões (política, econômica, cultural) que o pequeno produtor rural vem sofrendo ao longo da história brasileira.

Os resultados evidenciam uma população rural em processo de envelhecimento, acompanhado pela migração dos filhos em busca de melhores condições de vida. De modo geral, a reprodução socioeconômica se apoia na produção agropecuária para a subsistência, sendo a aposentadoria e os programas de transferência de renda do governo fatores decisivos nesse processo. No tocante à legislação ambiental vigente, os pequenos proprietários rurais investigados não a cumprem, muito embora percebam sua importância frente à proteção e recuperação do patrimônio ambiental. Concluímos que a legislação ambiental vigente aparece como mais um entrave à reprodução socioeconômica e à permanência de pequenos produtores rurais no campo, dada às características físicas da região na qual se insere a área de estudo, como relevo acidentado e abundância de corpos hídricos.

*

Título: A interrelação entre atividade laboral, familiar e qualidade de vida de trabalhadores do setor de agropecuária de uma universidade pública

Autora: Sara Maria Lopes Salgado

Orientadores: Simone Caldas Tavares Mafrá, Maria das Dôres Saraiva de Loreto (*co-orientadora*) e Leonice Aparecida Doimo (*co-orientadora*)

Data da defesa: junho de 2011

Qualidade de vida (QV) tornou-se foco de pesquisas multidisciplinares ao longo das últimas décadas. A relação entre variáveis como o contexto do trabalho, mudanças populacionais como o envelhecimento e as relações familiares se tornaram importantes na ressignificação da QV dos indivíduos. O presente estudo teve como objetivo geral analisar e compreender a realidade vivenciada pelo trabalhador no cargo de auxiliar de agropecuária da Universidade Federal de Viçosa (UFV)-MG, a partir da inter-relação entre a atividade laboral e familiar e suas implicações na qualidade de vida.

Especificamente, pretendeu-se: identificar e analisar o perfil socioeconômico desta população; identificar a realidade laboral e relacioná-la com a qualidade de vida dos auxiliares de agropecuária; compreender a qualidade de vida e funcionalidade familiar do grupo, identificar os hábitos diários e analisar indicadores de saúde que podem influenciar na qualidade de vida destes; analisar a percepção da capacidade para o trabalho e a incidência de dores do grupo investigado. Estudo descritivo, de abordagem quali-quantitativa, foi realizado na cidade de Viçosa-MG considerando o período de 2010, com 54 auxiliares de agropecuária da UFV, todos do sexo masculino.

Os métodos de coleta de dados

foram questionários fechados e semiabertos, tais como questionários WHOQOL, APGAR de família, Índice de Capacidade para o trabalho (ICT), Mapa de Dores e outros com observação direta de 10 postos de trabalho, uso da mensuração do ambiente laboral para análise da temperatura (Termo-Anemômetro), do ruído, (Decibelímetro), iluminação, (Luxímetro) e ventilação (Termo-Anemômetro). Também foram aferidos o peso corporal e altura para cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC), circunferência abdominal e do quadril para a Relação Cintura-Quadril (RCQ) dos sujeitos e a pressão arterial em repouso (PAR). Para a análise de dados utilizou-se recursos da estatística descritiva e inferencial a partir do software SPSS 15.0. Observou-se 57,4% do grupo exercendo atividades agrárias e o tempo médio na ocupação atual foi 23 anos e 8 meses. Verificou-se que 31,5% do grupo já sofreu acidente no trabalho, durante o manuseio de alguma ferramenta em atividades no campo, atingindo mãos e braços.

Constatou-se que os ambientes laborais apresentaram características adequadas exceto em alguns pontos em que a temperatura e iluminação elevaram-se ao longo do dia. Percebeu-se altos índices de satisfação em todos os domínios e na percepção geral da qualidade de vida, sendo o domínio físico o mais relevante para o grupo. Em relação à funcionalidade familiar, 87% deles a consideraram boa, indicando satisfação em relação à dinâmica da unidade doméstica

Como hábitos diários observou-

-se o tabagismo em 20,4% e consumo de bebida alcoólica em 55,7% do grupo, 31,5 % dos sujeitos realizam algum tipo de atividade física semanalmente, 25,9% consomem café em doses consideradas normais, e dormiam uma média de 7 horas e 31 minutos por dia. Constatou-se que 50% dos avaliados possuíam um IMC dentro da faixa de normalidade, e 48% possuíam peso acima do ideal considerado para sua idade e altura. A RCQ permitiu verificar que 55% dos avaliados apresentaram risco coronariano “moderado”, 28% risco “alto” e 2% risco “muito alto” e a PAR estava acima da normalidade em 33% do grupo. Apesar da boa capacidade para o trabalho houve grande incidência de dor nas regiões da coluna e lombar, sugerindo má postura e sobrecarga sobre as mesmas.

Os sujeitos disseram haver uma boa qualidade de vida com valorização do domínio físico, satisfação em relação à funcionalidade familiar, e providos de cuidados e afeto. Acredita-se que quando se trata do universo do trabalho, estes avaliados tendem a afirmar estarem em bom estado de saúde para realizá-lo, fato este que lhes garantia algum status de longevidade produtiva na sociedade.

MESTRADO EM LETRAS

Título: A configuração de gêneros multimodais: um estudo sobre a relação gênero-suporte nos gêneros discursivos tira cômica, cartum, charge e caricatura

Autor: Alex Caldas Simões
Orientadora: Maria Carmen Aires Gomes
Data da defesa: dezembro de 2010

Como reconhecer, caracterizar e diferenciar os gêneros multimodais tira cômica, cartum, charge e caricatura? Como se estabelecem as relações gênero-suporte nesses gêneros? Pautados no aporte teórico-metodológico dos estudos de gêneros vinculada à Linguística Sistêmico-Funcional – LSF – (HALLIDAY; HASAN, 1989) e aos quadrinhos (RAMOS, 2009; MCCLOUD, 1995; EISNER, 1999), procuramos refletir essas questões de forma a: (1) descrever a Estrutura Potencial do Gênero (EPG) dos gêneros multimodais tira cômica, cartum, charge e caricatura; (2) caracterizar o suporte dos gêneros multimodais em foco a partir da perspectiva da LSF; e (3) investigar a relação gênero-suporte nos gêneros supracitados.

A fim de cumprirmos estes objetivos de pesquisa, procuramos, por meio da pesquisa qualitativa, a partir da análise de textos e imagens, estudar os seguintes suportes livro e seus gêneros: (a) Aline (I, II, III), de Adão Iturrusgarai (2007, 2009a, 2009b), com as tiras cômicas; (b) Assim Rasteja a Humanidade, de Allan Sieber (2006), com os cartuns; (c) Fatores de Risco, de Júlio Erthal (1998), com as charges; e (d) Caricaturas e Caricaturados, de Mário Mendez, com as caricaturas. De nossa pesquisa, concluímos que há dificuldade de se diferenciar os gêneros tira cômica, cartum, charge e caricatura, pois estes apresentam a mesma variável modo (escrito/multimodal) e

relações (autor versus leitor) de registro; já a variável campo de registro ocorre de maneira diferente, o que, portanto, elegeria estágios de realização específicos para cada gênero, o que os diferencia. Quanto à relação gênero-suporte, podemos dizer que o suporte – como organização material da linguagem, inscrita no registro – elegeria elementos de realização material que o qualificam como suporte pretendido em uma dada cultura e o individualiza perante seus pares, a esses elementos chamamos de elementos gráficos que se realizam em função da relação autor versus editor(a).

*

Título: Análise das estratégias Linguístico-discursivas na divulgação de temas tabu na revista Superinteressante

Autor: Carlos Alexandre Molina Nocchioli

Orientadora: Cristiane Cataldi dos Santos Paes

Data da defesa: dezembro de 2010

Este trabalho, inserido no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso da Divulgação Científica, associado à Teoria das Representações Sociais, busca analisar o tratamento linguístico-discursivo das informações acerca de tópicos temáticos tradicionalmente vistos como tabu relacionados a questões sexuais que representam o homem e a mulher, publicados durante o ano de 2008, na revista brasileira de divulgação científica, a Superinteressante, destacando-se como o conhecimento em questão é representado socialmente ao se consi-

derar a linha editorial da revista.

Os resultados de nossa análise comprovam que a Superinteressante promove a aproximação entre a informação técnica-científica e as concepções típicas das relações sociais habituais, divulgando e, ao mesmo tempo, fomentando a curiosidade em relação ao conhecimento que envolve os aspectos sexuais humanos. Entretanto, a revista em análise não parece ser apenas um veículo de difusão de conhecimento cujo único escopo seja tornar a informação mais acessível; ao contrário, demonstra ter como propósito comunicativo ironizar temas de caráter científico considerados tabu, em vista de uma maior identificação com seu público leitor. Assim, a linguagem da Superinteressante não é simplesmente constituída de um registro divulgativo destinado ao público geral, mas de uma linguagem chistosa que (in)forma o leitor sobre certos conhecimentos de caráter científico, por meio de anedotas e jogos de linguagem jocosos.

*

Título: Personagens à procura de um autor: Salman Rushdie e a fluidez da linguagem em Haroun and the Sea of Stories

Autor: Guilherme Augusto dos Santos Póvoa

Orientadora: Gracia Regina Gonçalves

Data da defesa: fevereiro de 2011

Salman Rushdie, atualmente um dos grandes nomes da literatura contemporânea em língua inglesa,

é uma figura reconhecida pela sua contribuição às representações em que o conceito de identidade, local e global se entrelaçam aos da linguagem enquanto uma construção ideológica. A literatura revela-se, assim, um espaço propício ao olhar que questiona o uso autoritário que pode ser feito daquela. Contudo, ao invés de um discurso explicitamente denunciador ou panfletário, o autor estabelece um jogo ficcional em torno dos meandros da História em seus livros, desestabilizando pretensas verdades oficiais. Dessa forma, imprime sua experiência autobiográfica face à censura para incitar a desvalorização das ficções a serviço da opressão.

Neste trabalho, analisaremos, portanto, a constituição do sujeito suscetível às mazelas do Poder em Haroun e o Mar de Histórias (1990) a partir de dois pontos: quanto à da fluidez da linguagem e das vozes inerentes do discurso. Estas, por sua vez, se ligam à questão da autoria e à reflexão do espaço de formação desse sujeito, visto dentro de sua complexidade contextual que envolve também outros parâmetros, tais como o gênero.

*

Título: No país da linguagem: o processo de formação de identidades em Alice Munro e Margaret Laurence

Autora: Patrícia Lacerda Faria Rocha

Orientadora: Gracia Regina Gonçalves

Data da defesa: fevereiro de 2011

O presente estudo se dispõe a realizar uma reflexão acerca da for-

mação do sujeito mulher por meio da linguagem em um recorte da ficção de duas autoras canadenses contemporâneas, a saber, *Lives of Girls and Women* (2001) e *The Diviners* (1993) de Alice Munro e Margaret Laurence, respectivamente. Tendo sido publicados no início da década de setenta, ambos os romances compreendem uma série de questionamentos em torno da busca pela construção de uma identidade própria, atendendo a uma nova demanda crítica que se alia aos estudos de gênero. Portanto, constitui-se como fator preponderante à pesquisa a maneira pela qual as protagonistas das obras, Del Jordan, de *Lives of Girls and Women* (2001) e Morag Gunn de *The Diviners* (1993) realizam esse processo.

Como estratégia, ambas se apropriam do gênero *Bildungsroman* visando o questionamento dos discursos com os quais dialogam. Partindo da infância, quando se dá a imersão tanto de Del Jordan, quanto de Morag Gunn em ambientes que privilegiam a atividade da leitura, percebe-se que, não coincidentemente, ambas assumirão a profissão de escritoras na chegada da maturidade. Inserem, portanto, nessa perspectiva, discussões estabelecidas em torno dos estudos da linguagem, do gênero, dos romances de formação femininos aos quais as abordagens de Chris Weedon (1989), Teresa de Lauretis (1994), Cristina Ferreira Pinto (1990), Sylvia Molloy (2004), Coral Ann Howells (1998), entre outros, se mostrarão preponderantes a fim de se repensar o processo pelo qual as protagonistas atravessam até a descoberta de suas subjetividades.

Título: Fabiano e Macabéa: a moldagem da terra dura do sertão

Autora: Raiane Cordeiro de Souza

Orientadora: Maria Cristina Pimentel Campos

Data da defesa: fevereiro de 2011

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo comparativo entre as obras *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos e *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector, dando ênfase à trajetória existencial das personagens de Fabiano e de Macabéa, no que se refere à figura do indivíduo isolado, alienado, hermético, por decorrência de um ambiente pouco estimulante, seco, árido. Pensando na modernidade e em todos os aspectos que a envolve, seja de ordem econômica, social e política, torna-se imprescindível a análise do ser humano, identificando sua relação tanto com o meio social quanto com o natural.

Busca-se investigar, através de uma visão bakhtiniana, sob o viés do dialogismo, como se revelaria esse indivíduo colocado contra o pano de fundo da multidão ou da metrópole anônima e impessoal. Seria ele sufocado por esse meio, engolido por ele? Seria um dos agentes modificadores, que tornaria a sociedade uma entidade em mutação contínua, globalizada, pluricultural? Ainda como possibilidade, questiona-se se o sertanejo, ao se transferir para a metrópole, na ânsia de perspectivas de melhoria de vida, seria um ser adaptado ou marginalizado ao novo ambiente social, tornando-se, talvez, mais um elemento de exclusão social. Na formação das novas identidades advindas do meio, poder-se-á constatar uma

desconstrução do ser humano exposto a outro meio diferente daquele de origem. Na verdade, o que se percebe é que existem valores e representações do mundo que acabam por excluir as pessoas. Os excluídos não são simplesmente rejeitados fisicamente, geograficamente ou materialmente, não somente do mercado de trabalho e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, visto que seus valores não são reconhecidos, ou seja, há, também, uma exclusão cultural.

*

Título: Crenças dos gestores sobre ensino/aprendizagem de língua inglesa e motivação do professor

Autora: Aurelia Emilia de Paula Fernandes

Orientadora: Ana Maria Ferreira Barcelos

Data da defesa: fevereiro de 2011

Esta pesquisa foi realizada em uma escola pública, da cidade de Viçosa, do Estado de Minas Gerais, e teve como objetivos (a) investigar as crenças dos gestores (vice-diretor e supervisores) sobre ensino/aprendizagem de LI (Língua Inglesa) e sua possível influência na motivação do professor, (b) identificar as diferenças e semelhanças entre as crenças de gestores e as do professor sobre ensino e aprendizagem de LI, e(c) identificar a relação entre as crenças dos gestores, do professor e a motivação do professor para ensinar LI. O referencial teórico baseia-se nos estudos sobre crenças (Pajares, 1992; Fishbein, 1975; Oliveira et al, 1998; Barcelos, 1999, 2001, 2003, 2006; Moscovici, 2003; Kalaja, 1995; Cotte-

ral, 1995; Freeman e Johnson, 1998; Vieira-Abraão, 2004, 2005; Borg, 2006; Richards e Lockhart, 1994), sobre ensino de LI nas escolas públicas do Brasil (Brasil, 1996, 1998, 2002; Dias, 2005b; Leffa, 1999, 2009, 2000; Cox e Assis-Peterson 2008, Bohn, 2000, 2003; Micolli, 2007; Almeida Filho, 1992, 2003) e sobre motivação (Dörnyei 2000, 2001, 2002, 2005, 2008; Pintrich e Schunk, 1996; Ribas, 2008, Deci e Ryan 1985, 2000; DECI et al., 1991; Bzuneck e Guimarães, 2003; Huberman , 1989).

A metodologia escolhida foi a pesquisa de base etnográfica e foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta: questionários, entrevistas, observação participante, notas de campo e narrativas. Os resultados sugerem que os gestores consideram a aprendizagem de inglês muito importante e acreditam que o ensino de LI nas escolas deveria começar mais cedo. Contudo, atribuem um valor pragmático ao ensino de LI na EP (escola pública) (mercado de trabalho, globalização, vestibular) e acreditam que, ao contrário da escola particular, as condições na EP são desfavoráveis à aprendizagem. A professora revela crenças sobre o papel do professor e dos alunos, sobre aprendizagem de LI na EP e sobre as dificuldades e problemas de sua própria prática. Essas crenças mostram-se relacionadas umas às outras e em comparação com as crenças dos gestores revelaram que há mais crenças convergentes do que divergentes. Os resultados também revelam que a professora pesquisada é muito motivada apesar de não ser visto assim por alguns dos gestores

revelando uma relação não linear entre crença dos gestores e motivação da professora. Espera-se que este estudo possa contribuir para a reflexão e consequentemente para amenização dos problemas desafiadores que enfrentamos com o ensino de LI na escola pública.

*

Título: A resenha acadêmica no processo de retextualização, mediada pela sequência didática

Autora: Rosany Aparecida Portugal

Orientadora: Adriana da Silva

Data da defesa: fevereiro de 2011

Este trabalho inscreve-se na área da Linguística Aplicada, mais especificamente no ensino de Língua Materna, e tem a pretensão de divulgar resultados relativos à investigação sobre a influência da intertextualidade no processo de retextualização da resenha acadêmica, mediada pela sequência didática (Schneuwly e Dolz, 2004). Buscamos, assim, apresentar um panorama de como os alunos da Educação Superior, de uma comunidade discursiva específica, com propósitos comunicativos específicos, se apropriam do discurso alheio na produção e retextualização da resenha acadêmica. Objetivamos também corroborar nossa proposição de que a SD favorece o aprendizado do gênero resenha. Para tanto, formulamos uma sequência didática, com base no modelo de Schneuwly e Dolz (2004), que objetivava ensinar o gênero resenha vinculando-o a atividades de retextualização, como propuseram Marcuschi (2001), Travaglia (2003), Dell'Isola (2007) e Simões (2009).

Além dos autores citados, tomamos como base o conceito de gênero de Swales (1990). O corpus foi constituído por cento e doze (112) produções textuais, divididas em duas turmas, sendo cinquenta e seis (56) de cada turma, entre PI (produção inicial) e PF (produção final), segundo o esquema da SD.

As análises demonstraram que, inicialmente (PI), os alunos copiavam trechos do texto-fonte (TF) ou faziam citações e paráfrases sem menção ao autor, como presumimos no início da pesquisa. Após a aplicação da SD, o número de paráfrases aumentou, assim como o número de cópias diminuiu, portanto obtivemos resultados satisfatórios. A SD foi favorável, ainda, quanto à elaboração da resenha, porque, a partir do módulo sobre a configuração do gênero, os alunos acrescentaram importantes movimentos retóricos na PF. A utilização de movimentos retóricos, no entanto, não foi suficiente para que as duas turmas alcançassem bons resultados, porque o processo de retextualização pressupõe a compreensão do texto-fonte.

*

Título: Argumentação e Emoção no Discurso Jornalístico: Análise comparativa entre os Jornais Tribuna Livre e Folha da Mata

Autor: Paulo César de Souza

Orientadora: Mônica Santos de Souza Melo

Data da defesa: fevereiro de 2011

Neste trabalho, propomos a análise das estratégias discursivas utilizadas pela mídia impressa. São observados os

vários recursos argumentativos empregados na construção das notícias visando tocar afetivamente o público. Trata-se de uma pesquisa que tem como corpus um conjunto de 10 notícias veiculadas pelos jornais *Tribuna Livre* e *Folha da Mata*, ambos da cidade de Viçosa-MG, no período compreendido entre 05/07 e 04/10/2008, por ocasião da campanha eleitoral municipal.

As notícias em questão se referem às ações administrativas realizadas na gestão 2005/2008, bem como aos fatos que, de alguma forma, envolveram integrantes da administração municipal. Trata-se, portanto, de uma análise comparativa entre os discursos produzidos por essas duas instâncias de produção midiáticas. Partimos da hipótese de que haveria divergência de opiniões dos semanários quanto ao candidato à reeleição. Tal hipótese foi confirmada pela seleção temática, pelas estratégias argumentativas e refor-

çada pelos critérios de localização das notícias na página e no jornal. Nesta pesquisa, discutiram-se, ainda, questões em torno da objetividade jornalística e da articulação entre emoção e razão no processo argumentativo. Em relação ao primeiro aspecto, confirmaram-se os posicionamentos de profissionais da Comunicação e da Análise do Discurso segundo os quais a isenção total na veiculação dos fatos seria ilusória. Confirmou-se, também, a tese defendida em estudos recentes sobre a argumentação de que haveria um natural entrecruzamento entre as dimensões do logos e do pathos, ou seja, de que razão e emoção seriam inseparáveis na argumentação. Dentre as várias teorias discursivas sobre argumentação e emoção que serviram de apoio à nossa pesquisa, elegemos como norteadora do nosso trabalho a Semiolinguística, de Patrick Charaudeau.